



ESTADOS UNIDOS

Saúde inicia demissão de 10 mil funcionários

Reestruturação anunciada pelo secretário Robert F. Kennedy Jr. atinge os servidores das principais agências ligadas à pasta. Alguns dos trabalhadores foram informados por e-mail, na madrugada

» RODRIGO CRAVEIRO

As mensagens chegaram aos e-mails dos funcionários públicos federais dispensados ainda na madrugada. “Essa ação de Redução em Força (RIF, pela sigla em inglês) não reflete diretamente sobre seu serviço, desempenho ou conduta”, afirmava o texto enviado pelo Departamento de Saúde e de Serviços Humanos (HHS), o equivalente ao Ministério da Saúde brasileiro, no dia em que começaram as 10 mil demissões anunciadas pelo governo Donald Trump. De acordo com o jornal *The Washington Post*, alguns dos servidores descobriram que estavam sem emprego quando foram impedidos de acessar o local de trabalho com o crachá.

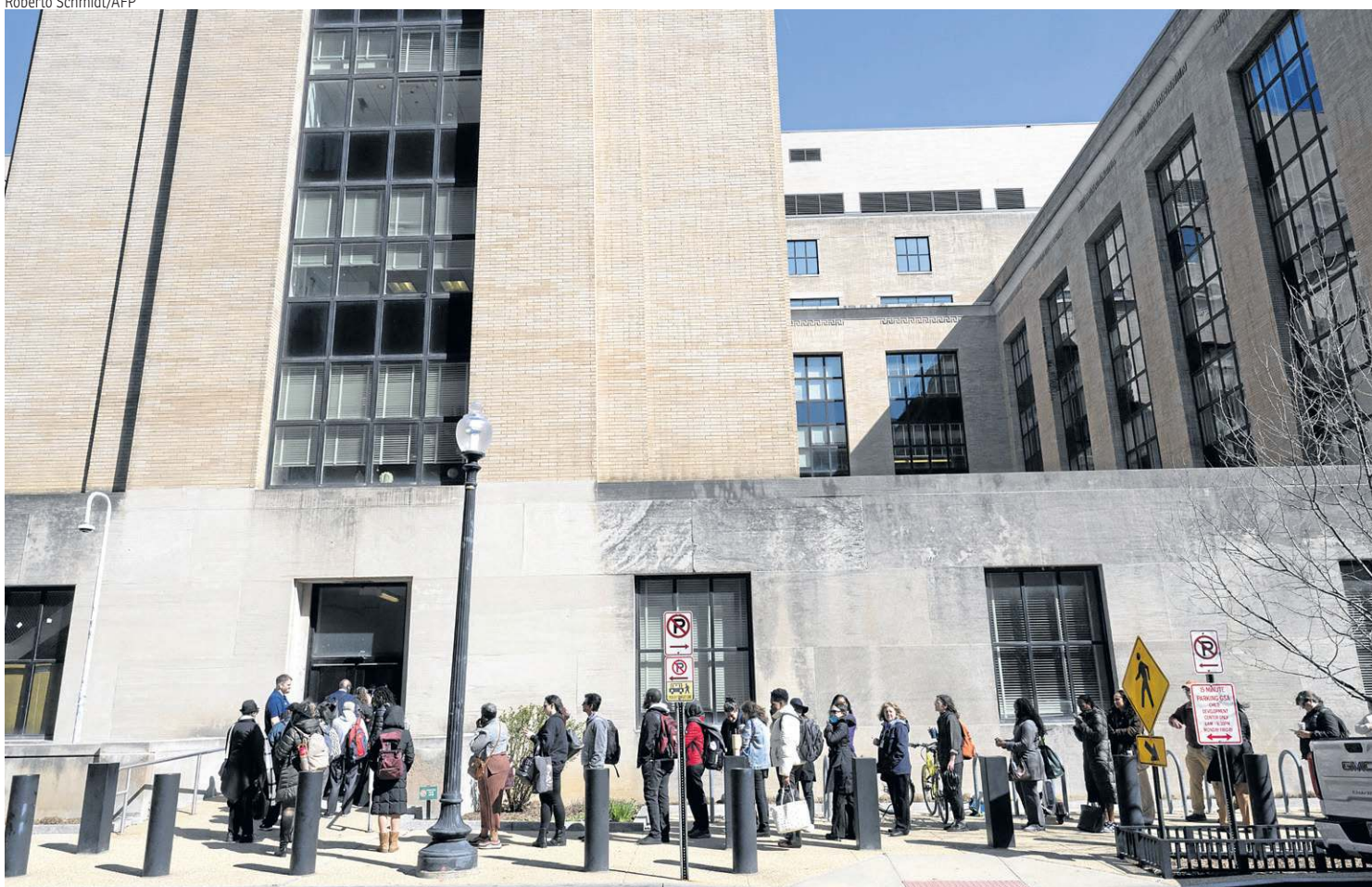
Muitos tiveram que fazer uma fila, do lado de fora do prédio do HHS, para serem informados sobre o futuro profissional. Com um orçamento de US\$ 1,8 trilhão (ou R\$ 10,2 trilhões), o HHS possuía em seu quadro, até anteontem, 80 mil funcionários. Um comunicado da pasta assegura que as demissões representam uma economia estimada em US\$ 1,8 bilhão (R\$ 10,3 bilhões), apenas 0,1% do total reservado para o HHS.

Robert F. Kennedy Jr., secretário de Saúde e sobrinho do presidente John F. Kennedy, defendeu a medida, em comunicado divulgado em 27 de março. “Não estamos apenas reduzindo a expansão burocrática. Estamos realinhando a organização com sua missão principal e com nossas novas prioridades para reverter a epidemia de doenças crônicas”, explicou. Ontem, ele celebrou as contratações de Jay Bhattacharya, para o cargo de diretor dos Institutos Nacionais de Saúde, e de Martin Makary, o novo comissário da Food and Drug Administration (FDA) — a agência norte-americana responsável pela regulação de alimentos e de medicamentos.

“Revolução”

“Vamos restaurar as agências de saúde do HHS à sua rica tradição de ciência padrão-ouro, baseada em evidências, para enfrentar a epidemia de doenças crônicas e tornar a América saudável novamente”, escreveu Kennedy na rede social X,

Roberto Schmidt/AFP



Servidores públicos federais fazem fila diante do prédio do Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS): purga em massa

Andrew Caballero-Reynolds/AFP



Ele subiu à tribuna e discursou — por 24 horas!

O senador democrata Cory Booker não levou ao pé da letra o ditado “Para bom entendedor, meia palavra basta”. Visivelmente irritado, ele subiu à tribuna do Senado às 19h de segunda-feira (20h pelo horário de Brasília). Até às 19h de ontem, ele prosseguia com o discurso contra as “ações inconstitucionais” do presidente republicano, Donald Trump. Nas 24 horas de pronunciamento, um recorde no Senado, Booker abdicou de ir ao banheiro e mesclou críticas, poesia e esportes. Também respondeu às perguntas dos colegas. “Levanto-me esta noite porque sinceramente acredito que nosso país está em crise”, disse o legislador por Nova Jersey no início do discurso. “Estes não são tempos normais nos Estados Unidos”, acrescentou Booker, de 55 anos, com a voz embargada. O senador queixou-se do fato de que “americanos de todas as origens passam por dificuldades desnecessárias” e lembrou que algumas instituições, “únicas em nosso país”, são atacadas “de maneira imprudente e até inconstitucional”.

ao modificar o slogan de Trump. “A revolução começa hoje!”.

A onda de demissões levantou preocupações em relação à perda de expertise em saúde na esfera do governo federal, no momento em que os EUA enfrentam um dos mais graves surtos de sarampo dos últimos anos e a ameaça de uma eventual pandemia humana da gripe aviária. Funcionários do

alto escalão das agências ligadas ao HHS receberam propostas de transferência para locais isolados do Alasca ou de Oklahoma.

Nancy Pelosi, ex-presidente da Câmara dos Representantes, considerou “irresponsáveis e perigosos” os cortes no setor da saúde. A deputada alertou que a decisão de Robert F. Kennedy Jr. e de Donald Trump prejudicará

diretamente as comunidades mais vulneráveis dos Estados Unidos e tornará o país “mais doente”. “Eu trabalharei com meus colegas no Congresso para lutar contra esses cortes míopes e irresponsáveis”, prometeu.

Robert Califf, ex-comissário da FDA durante os governos de Barack Obama e de Joe Biden, traçou um diagnóstico catastrófico.

“A FDA, tal como a conhecíamos, acabou, pois a maioria dos líderes com conhecimento institucional e uma compreensão profunda do desenvolvimento e segurança de produtos não está empregada”, lamentou. A própria nomeação de Robert F. Kennedy Jr. para a chefia do HHS provocou cizânia.

“Um perigo”

Em 9 de dezembro, 77 laureados com o Nobel assinaram uma carta em que externavam oposição à indicação, ante a visão negacionista de Kennedy e sua inexperiência como gestor de saúde. Durante entrevista ao **Correio**, em 29 de janeiro, Randy Schekman, ganhador do Nobel de Medicina em 2013 e professor de biologia molecular e celular na Universidade da Califórnia, Berkeley, afirmou que o julgamento de Kennedy sobre questões médicas é “profundamente falho”. “Ele representa um perigo”, alertou o médico.

ÁSIA

Ministério da Defesa de Taiwan/AFP



Porta-aviões chinês Shandong visto próximo ao arquipélago asiático

China ensaia bloqueio de Taiwan

A tensão no Leste da Ásia atingiu novo patamar depois que o Exército de Libertação Popular da China (ELP) realizou manobras “multidisciplinares” ao norte, sul e leste da ilha capitalista de Taiwan. A agência de notícias estatal chinesa Xinhua informou que o ELP empregou dezenas de navios e aeronaves, mísseis convencionais e sistemas de lançamento de foguetes de longo alcance. Foram feitos exercícios de interceptação aérea e ataque a alvos marítimos e terrestres. Os testes bélicos visaram simular um bloqueio de Taiwan, que Pequim considera parte inalienável de seu território e uma província rebelde. O ELP acrescentou que as manobras testaram “a capacidade das tropas de realizar operações integradas, tomada de controle operacional e ataques de precisão multidirecionais”.

As Forças Armadas chinesas também qualificaram os exercícios como uma “advertência firme e dissuasão energética” aos supostos separatistas de Taiwan, governada desde 2016 por um partido que defende a soberania da ilha a respeito da China. Em contrapartida, Taipei acionou o sistema de defesa antimísseis e colocou de prontidão seus aviões e navios de guerra. O Ministério da Defesa de Taiwan anunciou que detectou 21 navios de guerra ao redor da ilha, incluindo o porta-aviões Shandong, além de 71 aviões e quatro navios da Guarda Costeira. A posse do presidente taiwanês Lai Ching-te, em maio de 2024, intensificou as tensões entre os dois territórios, separados pelos 180km de largura do Estreito de Taiwan. Em 23 de maio daquele ano, dezenas de caças chineses com munições reais cercaram a ilha e simularam ataques a “alvos militares de alto valor”.

Em entrevista ao **Correio**, Bonnie Glaser, diretora do Programa Indo-Pacífico do think tank German Marshall Fund of the United States (em Washington), explicou que a China busca demonstrar “determinação em defender a soberania e aumentar a preparação para o combate”. “Creio que o presidente Xi Jinping não tomou uma decisão de usar a força contra Taiwan — seja para impor um bloqueio, tomar uma das ilhas ou lançar uma invasão em larga escala. No entanto, todas as opções estão sobre a mesa”, advertiu.

Custo alto

Especialista em relações EUA-China, Glaser entende que Xi calcula que os custos de uma ofensiva militar contra Taiwan são muito altos. “Uma ação militar colocaria em risco sua meta prioritária de manter a China no caminho em direção ao rejuvenescimento nacional”, observou. Os EUA demonstraram preocupação com a escalada no Estreito de Taiwan. O presidente Donald Trump defendeu a “importância de manter a paz” e destacou a oposição a “qualquer tentativa unilateral de mudar o status quo pela força ou coerção”. Por sua vez, a União Europeia recomendou contenção e pediu que os lados evitem “qualquer ação que possa aumentar a tensão”. (Rodrigo Craveiro)

FRANÇA

Inelegível, Marine Le Pen parte para o contra-ataque

Condenada à inelegibilidade pelo prazo de cinco anos por desviar recursos do Parlamento Europeu, a líder da extrema direita, Marine Le Pen, iniciou uma ofensiva para tentar reverter a decisão da Justiça. Além de não poder disputar as eleições presidenciais de abril de 2027, a filha de Jean Marie Le Pen — fundador do partido ultraconservador Reagrupamento Nacional (RN) — terá que usar tornozeleira eletrônica, cumprir uma pena de dois anos de prisão domiciliar e pagar multa de 100 mil euros (cerca de R\$ 613 mil). Diante de colegas de bancada na Assembleia Nacional (Câmara Baixa), Marine Le Pen chegou a comparar a inabilitação política a um “ataque nuclear”. “O sistema lançou a bomba atômica, e, se usarmos uma arma tão poderosa contra nós, é evidentemente porque estamos prestes a vencer as eleições”, discursou.

A líder do RN conclamou os simpatizantes a saírem às ruas de

Paris, às 15h de domingo (10h pelo horário de Brasília) para protestar contra a punição. “Vamos salvar a democracia”, escreveu Le Pen, em referência à hashtag #Sauvons-LaDémocratie, que viralizou na rede social X. “Estou contando com vocês!”, acrescentou. O Tribunal Correcional de Paris entendeu que Le Pen estava no “centro” de um “sistema” que operou entre 2004 e 2016 para que os assistentes parlamentares do RN, pagos pelo Parlamento Europeu, trabalhassem, na realidade, para o partido — algo proibido por lei.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores da França, a juíza recebeu “um grande número de mensagens contendo ameaças pessoais claramente expressas”.

Na manhã de ontem, Jordan Bardella — presidente do RN e candidato natural a substituir Le Pen

Anne-Christine Poujoulat/AFP



Le Pen aplaude discurso da deputada Laure Lavallette (E), do RN

na corrida presidencial — defendeu a companheira em mensagem publicada na rede social X. “O dever do Reagrupamento Nacional, assim como de todos os eleitores patriotas, é estar unido e mobilizado, ao lado da mulher cujo único crime é ter se

encontrado em posição de vencer a eleição presidencial. Não é hora de desistir!”, escreveu.

Jean-Yves Camus, cientista político do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas, em Paris, afirmou ao **Correio** que Le Pen tem

apenas duas opções. “A primeira delas é apelar da decisão e esperar que possa disputar as eleições em 2027. A segunda é revidar, se passando por vítima de perseguição política. Ela tem usado ambas as estratégias”, comentou o francês. Camus avalia que o Judiciário está unido para rejeitar essa tática, ao sustentar que Le Pen expõe os juízes a ameaças de violência.

Ainda segundo o especialista, a manifestação planejada para domingo não fará com que os tribunais apreciem o recurso do RN com celeridade. “Há um julgamento novo que precisa ser planejado. Se algo pode apressar o julgamento, isso virá dos próprios sentimentos dos magistrados. Eles podem concluir que, quanto mais rápido concluírem o processo, melhor. Isso porque a campanha eleitoral começaria sem que os juízes fossem acusados de mudar as regras”, disse Camus. (Rodrigo Craveiro)